

AGENCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - DF

Termo de Referência 9/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
9/2026	323102-AGENCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - DF	HELIASMYNE ASTHILIEM NASCIMENTO DE ALMEIDA	09/04/2026 12:45 (v 0.8)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	130/2026	48051.009265/2025-61

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de cafeteiras industriais e bebedouros de água, via Sistema de Registro de Preços, para atender a demanda da Agência Nacional de Mineração nas seguintes localidades: Brasília-DF, Cuiabá-MT, Goiânia-GO, Campo Grande-MS, Campina Grande-PB, Maceió-AL, São Luís-MA, Fortaleza-CE, Aracaju-SE, Salvador-BA, Teresina-Piauí, Manaus-AM, Porto Velho-RO, Boa Vista-RR, Macapá-AP, Belém-PA, Itaituba-PA, Vitória-ES, Belo Horizonte-MG, Governador Valadares-MG, Poços de Caldas-MG, São Paulo-SP, Porto Alegre-RS, Florianópolis-SC e Criciúma-SC, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM
01	01	CAFETEIRA ELÉTRICA (REGIÃO CENTRO-OESTE) (EXCLUSIVO PARA ME/EPP) CAFETEIRA ELÉTRICA AUTOMÁTICA INDUSTRIAL, EM AÇO INOXIDÁVEL COM NO MÍNIMO 10 LITROS DE CAPACIDADE, BIVOLT OU 127v OU 220v., 12 MESES DE GARANTIA. O PRODUTO DEVERÁ SER NOVO NA CAIXA ORIGINAL DO FABRICANTE SEM NENHUM SINAL DE USO, REFORMA OU RECONDICIONAMENTO E EM LINHA DE PRODUÇÃO. VIDE DESCRIÇÃO COMPLETA NO ITEM 3.2 DO TERMO DE REFERÊNCIA.	434004	UN	6	R\$ 1.205,22	R\$ 7.231,32
	02	IDEM ITEM 1 (REGIÃO NORDESTE) (EXCLUSIVO PARA ME/EPP)	434004	UN	9	R\$ 1.272,65	R\$ 11.453,85

	03	IDEM ITEM 1 (REGIÃO NORTE) (EXCLUSIVO PARA ME/EPP)	434004	UN	6	R\$ 1.281,70	R\$ 7.690,20
	04	IDEM ITEM 1 (REGIÃO SUDESTE) (EXCLUSIVO PARA ME/EPP)	434004	UN	16	R\$ 1.222,92	R\$ 19.566,72
	05	IDEM ITEM 1 (REGIÃO SUL) (EXCLUSIVO PARA ME/EPP)	434004	UN	2	R\$ 1.215,34	R\$ 2.430,68
	TOTAL DO GRUPO 1						R\$ 48.372,77
02	06	PURIFICADOR DE ÁGUA (REGIÃO CENTRO-OESTE) (EXCLUSIVO PARA ME/EPP) PURIFICADOR DE ÁGUA, COM FREFIL) E COMPRESSOR, BIVOLT OU 127v OU 220v, COR BRANCA, 12 MESES DE GARANTIA COM ABRANGÊNCIA EM TERRITÓRIO NACIONAL. COM FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO EM BANCADA OU PAREDE, CONTENDO TODOS OS MATERIAIS DE INSTALAÇÃO INCLUSOS NOS CUSTOS DA CONTRATAÇÃO. O PRODUTO DEVERÁ SER NOVO NA CAIXA ORIGINAL DO FABRICANTE SEM NENHUM SINAL DE USO, REFORMA OU RECONDICIONAMENTO E EM LINHA DE PRODUÇÃO. VIDE DESCRIÇÃO COMPLETA NO ITEM 3.3 DO TERMO DE REFERÊNCIA.	613957	UN	10	R\$ 1.595,55	R\$ 15.955,50
	07	IDEM ITEM 6 (REGIÃO NORDESTE) (EXCLUSIVO PARA ME/EPP)	613957	UN	5	R\$ 1.723,32	R\$ 8.616,60
	08	IDEM ITEM 6 (REGIÃO NORTE) (EXCLUSIVO PARA ME/EPP)	613957	UN	3	R\$ 1.634,61	R\$ 4.903,83
	09	IDEM ITEM 6 (REGIÃO SUDESTE) (EXCLUSIVO PARA ME/EPP)	613957	UN	14	R\$ 1.769,88	R\$ 24.778,32
	TOTAL DO GRUPO 2						R\$ 54.254,25
03	10	BEBEDOURO ELÉTRICO DE COLUNA COM USO DE GARRAFÃO DE ÁGUA MINERAL (REGIÃO NORDESTE) (EXCLUSIVO PARA ME/EPP) BEBEDOURO ELÉTRICO TIPO DE COLUNA COM USO DE GARRAFÃO DE ÁGUA MINERAL DE 20 LITROS. BIVOLT OU 127V OU 220V. COR BRANCA. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. O PRODUTO DEVERÁ SER NOVO NA CAIXA ORIGINAL DO FABRICANTE SEM NENHUM SINAL DE USO, REFORMA OU RECONDICIONAMENTO E EM LINHA DE PRODUÇÃO.	472083	UN	10	R\$ 1.185,26	R\$ 11.852,60

		VIDE DESCRIÇÃO COMPLETA NO ITEM 3.4 DO TERMO DE REFERÊNCIA.					
	11	IDEM ITEM 10 (REGIÃO NORTE) (EXCLUSIVO PARA ME/EPP)	472083	UN	10	R\$ 1.160,87	R\$ 11.608,70
	12	IDEM ITEM 10 (REGIÃO SUL) (EXCLUSIVO PARA ME/EPP)	472083	UN	3	R\$ 1.258,47	R\$ 3.775,41
	TOTAL DO GRUPO 3						R\$ 27.236,71
04	13	<p>BEBEDOURO INDUSTRIAL (REGIÃO CENTRO-OESTE) (EXCLUSIVO ME/EPP)</p> <p>BEBEDOURO INDUSTRIAL EM AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE DE 25L TIPO VERTICAL ELÉTRICO COM FILTRO DE CARVÃO ATIVADO. BIVOLT OU 127V OU 220V. REFRIGERAÇÃO POR COMPRESSOR. O ITEM DEVE SER CONSTRUÍDO COM MATERIAL ATÓXICO. FORNECIMENTO DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO EM BANCADA OU PAREDE COM TODOS OS MATERIAIS DE INSTALAÇÃO INCLUSOS NOS CUSTOS DA CONTRATAÇÃO. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.</p> <p>O PRODUTO DEVERÁ SER NOVO NA CAIXA ORIGINAL DO FABRICANTE SEM NENHUM SINAL DE USO, REFORMA OU RECONDICIONAMENTO E EM LINHA DE PRODUÇÃO.</p> <p>VIDE DESCRIÇÃO COMPLETA NO ITEM 3.5 DO TERMO DE REFERÊNCIA.</p>	256255	UN	4	R\$ 2.430,63	R\$ 9.722,52
	14	IDEM ITEM 13 (REGIÃO NORDESTE) (EXCLUSIVO PARA ME/EPP)	256255	UN	1	R\$ 2.281,64	R\$ 2.281,64
	15	IDEM ITEM 13 (REGIÃO NORTE) (EXCLUSIVO PARA ME/EPP)	256255	UN	3	R\$ 2.558,73	R\$ 7.676,19
	16	IDEM ITEM 13 (REGIÃO SUDESTE) (EXCLUSIVO PARA ME/EPP)	256255	UN	18	2.241,52	R\$ 40.347,36
	17	IDEM ITEM 13 (REGIÃO SUL) (EXCLUSIVO PARA ME/EPP)	256255	UN	2	R\$ 2.428,29	R\$ 4.856,58
	TOTAL DO GRUPO 4						R\$ 64.884,29
	TOTAL						R\$ 194.748,02

1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

Órgão Gerenciador:

item	UNIDADE	REQUISIÇÃO	REQUISIÇÃO	Quantidade
------	---------	------------	------------	------------

	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	DE MEDIDA	MÍNIMA	Máxima	total

Órgão Participante:					
Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total

Órgão Participante:					
Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da data da assinatura do termo contratual, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1 Na renovação da Ata de Registro de Preços - ARP há possibilidade de renovação dos quantitativos, ao tempo que identificada a necessidade da Agência.

1.5. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATMAT e do presente Termo de Referência, prevalecem estas últimas.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7. O licitante deverá cotar considerando a quantidade total prevista para cada GRUPO item.

1.7.1. As propostas deverão ser apresentadas para todos os itens de cada grupo, tendo em vista as entregas em diferentes localidades.

1.7.2. Não será admitida a apresentação de proposta avulsa para item dos grupos.

1.7.3. A necessidade de apresentação das propostas de todos os itens dos grupos é concebida para fins de padronização no fornecimento dos itens, eficiência no gerenciamento das atas e redução dos custos de manutenção de itens muito diversos entre si.

1.7.4. As informações dos equipamentos/acessórios contidas na proposta comercial deverão ser comprovadas mediante a apresentação de especificações técnicas elaboradas pelo fabricante do equipamento/acessório a ser fornecido.

1.7.5. Não serão aceitas propostas de equipamento/acessório que não estejam claramente indicados no catálogo técnico ou comercial do fabricante.

1.7.6. O preço ofertado deve já levar em conta todas e quaisquer despesas incidentes na execução do objeto, tais como frete, tributos, transporte, instalação, acessórios para a correta instalação, entre outros.

1.8. Os itens do Grupo 2 e 4 - Purificadores e Bebedouros industriais deverão ser entregues e instalados nos endereços listados, em perfeitas condições de uso.

1.9. Para a presente contratação será admitida a participação de outros órgãos na presente contratação via Intenção de Registro de Preços (IRP).

1.10 A adesão à(s) ata(s) de registro de preços decorrente(s) da futura licitação deverá ser admitida apenas para unidades integrantes da estrutura regimental da Agência Nacional de Mineração (ANM) que vierem a ser transformadas ou criadas, dado o processo de reestruturação pelo qual passa a ANM, decisão essa justificada pela escassez de pessoal para, entre outras atividades, atuar como gestores da futura Ata de Registro de Preços (ARP), conforme exposto no subitem anterior.

1.11. Há necessidade de observância obrigatória quanto à tensão elétrica de cada localidade para que o item entregue e instalado seja compatível com o ambiente da Agência Nacional de Mineração.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada abaixo e em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.1.1. Consoante o Documento de Formalização da Demanda (DFD) Nº 1620/2025 presente no processo nº 48051.009265/2025-61, o presente documento relata a necessidade de aquisição de cafeteiras industriais e purificadores de água para atender a demanda da Agência Nacional de Mineração, conforme condições e exigências estabelecidas nos artefatos do planejamento da contratação.

2.1.1.1. Durante o planejamento da aquisição, a Equipe de Planejamento da Contratação constatou a necessidade de bebedouros de coluna e bebedouros industriais, de forma que tais itens foram inseridos no presente planejamento para atendimento da demanda interna da Agência.

2.1.2. Em 2025, houve expansão e rearranjo físico das unidades da ANM, com ingresso aproximado de 220 novos servidores, sendo 86 na Sede, e previsão adicional de entrada de técnicos oriundos do CPNU/ENAP 114/2025. A infraestrutura das copas precisa ser adequada para que cada unidade atenda isoladamente sua demanda de café e água potável. O fornecimento de purificadores de água e bebedouros assegura o consumo potável de água dos usuários e o de cafeteiras industriais viabiliza a produção/armazenamento de bebidas quentes pelo serviço de copeiragem/similar existente.

2.1.3. A expansão de pessoal e rearranjo físico na ANM elevou significativamente a demanda por água potável e por bebidas quentes nas copas. A solução proposta é dotar cada unidade de equipamentos suficientes e autônomos, garantindo conforto e produtividade, com purificadores de água e bebedouros de água (consumo potável seguro) e cafeteiras industriais (produção e armazenamento em maior volume), integrados ao serviço de copeiragem/similar existente.

2.1.4. A contratação integra a programação da Superintendência de Administração e Finanças - SAF e contribui diretamente para os OE 6 e OE 7 do Planejamento Estratégico ANM 2024–2027, reforçando o ambiente acolhedor e a eficiência na alocação de recursos. A Lei nº 14.133/2021 coloca o planejamento como eixo central da fase preparatória e admite consolidação das demandas no Plano de Contratações Anual.

2.1.5. O atual parque de equipamentos de copas da ANM não comporta a demanda ampliada decorrente do aumento expressivo do quadro de pessoal. A ausência de equipamentos suficientes compromete:

- I - O fornecimento adequado de água potável;
- II - A produção e manutenção de café para atendimento institucional;
- III - A autonomia das unidades administrativas.

2.1.6. Outro fator que corrobora com esta contratação, é a necessidade de substituição de objetos similares e que apresentam estado de conservação ruim, seja por desgaste natural ou por eventual dano durante o uso, fato que compromete a utilização.

2.1.7. Para o atendimento da demanda em âmbito nacional, utilizou-se o levantamento (Planilha de Levantamento Mobiliário e Eletrodomésticos - Acordo de Cooperação Técnica 2025), constante no processo SEI nº 48063.000230 /2023-65, realizado entre as Gerências Regionais e demais Unidades da Agência, quanto aos quantitativos a serem adquiridos.

2.1.8. Sobre os ajustes quantitativos realizados, em relação às quantidades, explica-se que, as Unidades que possuíam saldo zerado na demanda do levantamento, não foram consideradas.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 29406625000130-0-000001/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 06/05/2025;
- III) Id do item no PCA: 111 e 112;
- VI) Classe/Grupo: 4610 e 7310;
- V) Identificador da Futura Contratação: 323102-130/2026;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada abaixo e em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, no item 4, apêndice deste Termo de Referência.

3.1.1. Conforme relatado no processo SEI nº. 48051.009265/2025-61, os requisitos da contratação podem ser estabelecidos da seguinte forma:

3.2. Cafeteiras industriais, com as seguintes características:

- 3.2.1. Cafeteira automática, possui lâmpada indicadora de aquecimento.
- 3.2.2. Corpo em aço inox, cesto coador.
- 3.2.3. Compatível com uso de filtro de pano ou tecnologia superior que atenda a adequada produção de café.
- 3.2.4. Mantém o café aquecido.

3.2.5 Com duas torneiras.

3.2.6. Pingadeira removível para fácil limpeza.

3.2.7. Capacidade mínima de 10 litros.

3.2.8. Consumo a partir de 1000W.

3.2.9. Bivolt ou 127v ou 220v conforme descrição do item e local a ser entregue.

3.2.10. O item/modelo deverá possuir acesso nacional facilitado à assistência técnica e peças, quando necessário.

3.2.11. Garantia mínima de 12 meses.

3.3. Purificadores de água novos, com filtragem adequada, conformidade com normas de potabilidade e capacidade de vazão e refrigeração compatíveis com o público atendido; acesso facilitado nacionalmente a assistência técnica e peças; garantia mínima de 12 meses, tendo ainda as seguintes características:

3.3.1. no mínimo 02 (duas) válvulas de acionamento da água separadas, sendo uma para água natural e outra para água refrigerada;

3.3.2. A solução deve inibir a proliferação de fungos e bactérias;

3.3.3. Filtro de no mínimo 03 estágios, sendo no mínimo um dos elementos filtrantes o carvão ativado;

3.3.4. Elemento filtrante com capacidade MÍNIMA para purificar 3.000 litros de água;

3.3.5. Vazão mínima 45 litros/hora;

3.3.6. Reservatório de água refrigerada com capacidade mínima de 2,0 litros;

3.3.7. Capacidade de refrigeração (água) de no mínimo 2,0 litros/hora;

3.3.8. Isolamento térmico entre água gelada e natural;

3.3.9. Capacidade de refrigeração por compressor com evaporador (serpentina), refrigeração com Gás Ecológico;

3.3.10. Reservatório de água em material atóxico;

3.2.11. Bivolt ou 127v ou 220v conforme descrição do item e local a ser entregue.

3.3.12. Bandeja/suporte de copo removível;

3.3.13. Potência mínima de 80W;

3.3.14. Temperatura de operação: 5 a 40° C;

3.3.15. Pressão de trabalho aproximada: 0,4 a 4kgf/cm²;

3.3.16. Em conformidade com INMETRO, certificação da qualidade da água.

3.3.17. Classificação faixa A a C, conforme certificação INMETRO devendo preservar o flúor da água;

3.3.18. Cor branca.

3.3.19. Fornecimento de água nas temperaturas ambiente (natural) e gelada, através de controle por teclas/botões, com conexão direta à rede hidráulica, funcionando por pressão, sem necessidade de reabastecimento manual.

3.3.20. Fornecimento do serviço de instalação em bancada ou parede com todos os materiais de instalação inclusos nos custos da contratação, tais como o redutor de pressão, mangueira, entre outros necessários à perfeita execução do objeto.

3.4. Bebedouro elétrico de coluna com uso de garrafão de água mineral, destinado ao uso interno em ambientes corporativos, com sistema de refrigeração por compressor, adequado para fornecimento de água potável gelada.

3.4.1. Características mínimas: tipo bebedouro elétrico de coluna.

3.4.2. Compatibilidade com garrações de água de 20 litros.

3.4.3. Bivolt ou 127v ou 220v conforme descrição do item e local a ser entregue.

3.4.4. Sistema de Refrigeração: por compressor, utilizando gás ecológico (ex.: R-134a ou equivalente).

3.4.5. Capacidade de refrigeração de no mínimo de 2,5 litros/hora.

3.4.6. Reservatório interno em material atóxico, com isolamento térmico adequado.

3.4.7. Acabamento nas laterais e traseira em aço galvanizado, com pintura eletrostática e frente em plástico injetado resistente.

3.4.8. Dimensões aproximadas de altura entre 95cm e 105cm; largura entre 30cm e 35cm; profundidade entre 30cm e 35cm.

3.4.9. Componentes adicionais de bandeja coletora removível.

3.4.10. Torneiras independentes para água gelada e natural, em plástico resistente e atóxico.

3.4.11. Design funcional e seguro para ambientes com grande circulação de pessoas.

3.4.12. Deve possuir cabo de alimentação elétrica com plugue macho de acordo com a norma NBR vigente.

3.4.13. O produto deve conter Selo de Identificação da conformidade INMETRO.

3.4.14. Disponibilidade na cor branca.

3.4.15. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação.

3.5. Bebedouro industrial capacidade de 25l tipo vertical elétrico com filtro de carvão ativado.

3.5.1. Contendo gabinete em aço inoxidável no mínimo 304 ou de qualidade superior.

3.5.2. Contendo duas saídas de água com torneiras em inox.

3.5.3. Bivolt ou 127v ou 220v conforme descrição do item e local a ser entregue.

3.5.4. Capacidade de refrigeração compatível com o uso contínuo em ambiente de escritório, sendo no mínimo de 3,5l de água gelada por hora.

3.5.5. Reservatório em polipropileno atóxico ou similar de qualidade superior com capacidade mínima de 25 litros.

3.5.6. A solução deve prever o fornecimento do filtro de carvão ativado, de modo que elemento filtrante possua filtragem mecânica restando partículas sólidas, turbidez, sedimentos e cor.

3.5.7 A solução deve inibir a proliferação de fungos e bactérias.

3.5.8. Reduz o cloro livre presente na água pré-tratada.

3.5.9. Alta eficiência na redução de sabor e odor e com alta capacidade de retenção das impurezas da água.

3.5.10. Refrigeração por compressor.

3.5.11. O item deve ser construído com material atóxico.

- 3.5.12. Fornecimento do serviço de instalação com todos os materiais de instalação inclusos nos custos da contratação, tais como o redutor de pressão, mangueira, entre outros necessários à perfeita execução do objeto.
- 3.5.13. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação.
- 3.6. Considerado que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, não contendo complexidade técnica e facilmente encontrados por meio de especificações usuais de mercado, esta contratação se por meio do Sistema de Registro de Preços – SRP, realizada mediante licitação na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, com base no art. 29, da Lei 14.133/2021, bem como no Decreto 11.462 /2023.
- 3.7. Considerando tratar-se de bens comuns, recomenda-se a utilização do pregão, preferencialmente na forma eletrônica, conforme art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, com critério de julgamento menor preço por item/lote, de acordo com as regras gerais da Lei nº 14.133/2021 e conteúdo do TR.
- 3.8. Os itens desta aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais – CATMAT do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG.
- 3.9. O fornecedor contratado deverá efetuar a entrega do material em condições, conforme especificações, prazo e local de entrega indicado pela Contratante, edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.
- 3.10. A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues.
- 3.11. A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;
- 3.12. Nos valores propostos deverão estar todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;
- 3.13. A proposta da contratada deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 3.14. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
- 3.15. Os equipamentos deverão ser novos, em linha de produção, com especificações técnicas adequadas ao uso institucional contínuo, contemplando capacidade compatível com a demanda das unidades, garantia mínima de 12 meses e, no caso dos purificadores, fornecimento do objeto devidamente instalado em local recomendado pelo responsável da Unidade.
- 3.16. A solução prevê a instalação dos equipamentos em infraestrutura já existente, não sendo necessárias obras ou adaptações estruturais relevantes, permitindo implementação imediata após a entrega.
- 3.17. A instalação dos purificadores e bebedouros nas dependências das localidades da Agência Nacional de Mineração será realizada pela empresa vencedora do certame para o item em local estabelecido pelo responsável da respectiva Unidade.
- 3.18. Todas as propostas apresentadas para os itens deverão constar o catálogo do produto para apreciação do setor responsável da Agência Nacional de Mineração.
- 3.19. Os itens deverão se entregues nos seguintes endereços, respeitando as tensões elétricas de cada cidade de destino:

ANM	ESTADO	REGIÃO	ENDEREÇO	TENSÃO	CAFETEIRA	PURIFICADOR	BEBEDOURO COLUNA	BEBEDOURO INDUSTRIAL
			Rua 84, nº593 - Setor Sul, Goiânia -					

GER - GO	Goiânia/GO	CO	GO.CEP: 74080-400	220V	1	4	0	2
GER - MS	Campo Grande/MS	CO	Rua G.al Odorico Quadros, 123 - Jardim dos Estados. Campo Grande - MS. CEP: 79020-260	127V	1	1	0	0
GER - MT	Cuiabá/MT	CO	Avenida Miguel Sutil, 8.800, 14º Andar – Edifício Advanced Business, Duque de Caxias. Cuiabá - MT . CEP 78043-305	127V	1	1	0	2
ANM SEDE-DF	Brasília/DF	CO	Edifício CNC III - SBN Qd. 02 - Lote 08, Bloco N - Asa Norte, Brasília - DF, 70040-020	220V	3	4	0	0
GER - AL	Maceió/AL	NE	Rua José Soares Sobrinho, n.º 119, Ed. Empresarial Le Monde, sl. 410 e 411, JatiúcaMaceió - AL - CEP 57036-640	220V	2	2	0	0
GER - BA	Salvador/BA	NE	Avenida Ulysses Guimarães, nº 650 - Sussuarana, Centro Administrativo da Bahia – Ala Federal. Salvador - BA - CEP 41213-000	127V	5	0	4	0
GER - CE	Fortaleza/CE	NE	Avenida Padre Antônio Tomás, nº 2112, Aldeota. Fortaleza - CE. CEP: 60140-160	220V	0	0	4	0
GER - MA	São Luís/MA	NE	Av. Maestro João Nunes, n.º 09, Esquina c/ Av. Ana Jansen, Ponta D'Areia.Edifício Lagoa Corporate, Sobreloja B, São Luís - MACEP: 65077-355	220V	0	2	0	0
GER - PB	Campina Grande/PB	NE	Rua Vice-prefeito Antônio de Carvalho Souza, nº 450, Centro Jurídico e Empresarial Ronaldo Cunha Lima - 16º andar - Salas 1607 a 1614 - 17º andar - Sala 1701, Estação Velha. Paraíba-Campina Grande. CEP: 58410-050.	220V	0	0	2	0
GER - PI	Teresina/PI	NE	Av. Universitária, nº 750, Edifício Diamond Center, sala 1414. Bairro de Fátima,Teresina–PI. CEP: 64049-494	220V	1	0	0	0
GER - SE	Aracaju/SE	NE	GER - SE/AracajuAvenida Ministro Geraldo Barreto Sobral, n.º 2100 - JFC Trade Center, salas 601 e 602 - Bairro GrageruAracaju - SE - CEP 49027-350	127V	1	1	0	1
GER - AM	Manaus/AM	NO	Av. André Araújo, 2150 - Aleixo, Manaus - AM, 69067-375	220V	2	1	0	2
GER - AP	Macapá/AP	NO	Avenida Padre Manoel da Nóbrega, nº 1029Bairro: Jesus de NazaréMacapá - AP - CEP 68908-196	127V	1	1	0	1
GER - PA	Belém/PA	NO	Avenida Almirante Barroso, nº 1839, Marco. Belém - Pará. CEP: 66093-020.	127V	0	0	7	0

UAI - PA	Itaituba/PA	NO	Avenida Brigadeiro Haroldo Veloso, 162, Centro, Itaituba-PA. CEP: 68180-410	127V	1	0	1	0
GER - RO	Porto Velho/RO	NO	Avenida 7 de Setembro, 2070B e 2090B (pisos superiores) - Bairro Nossa Senhora das Graças, Porto Velho - RO. CEP 76804-124	127V	1	0	2	0
GER - RR	Boa Vista/RR	NO	Avenida Governador Anchieta, n.º 618 - Caçari (Prédio compartilhado com a Receita Federal do Brasil). Boa Vista - RR. CEP 69307-775	127V	1	1	0	0
GER - TO	Palmas/TO	NO	Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 402 Sul, Conjunto 01, Lote 13. Prédio da AGU /TO. Plano Diretor Sul. Palmas - TO. CEP: 77021-622.	220V	0	0	0	0
GER - ES	Vitória/ES	SE	Av. Cézar Hilal, n.º 410, Bento Ferreira/Vitória - ES - CEP 29050-664	127V	4	7	0	0
GER - MG	Belo Horizonte/MG	SE	Praça Milton Campos, 201 - Serra, Belo Horizonte - MG CEP 30130-040	127V	8	2	0	16
UAGV	Governador Valadares/MG	SE	Rua Graça Aranha, 377, Bairro Esplanada – Governador Valadares- MG – 35010-120	127V	1	1	0	1
UAPC	Poços de Caldas/MG	SE	Rua São João da Boa Vista, 318, Jardim dos Estados Poços de Caldas-MG – CEP: 37701-054	127V	1	1	0	1
GER - SP	São Paulo/SP	SE	GER - SP/São Paulo Rua Loefgren, n.º 2225 - Vila Clementino, São Paulo - SP - CEP 04040-033	127V	2	3	0	0
GER - RS	Porto Alegre/RS	SU	GER - RS/Porto Alegre Rua Sete de Setembro, n.º 586, Centro Histórico, Porto Alegre - RS CEP: 90010-190	127V	2	0	0	0
GER - SC	Florianópolis/ SC	SU	Rua Doutor Álvaro Millen da Silveira, nº 104, Segundo Pavimento, Centro. Florianópolis - SC. CEP: 88020-180.	220V	0	0	3	0
UAC - SC	Criciúma/SC	SU	Rua Agrícola Indio Guimaraes, 273, Comerciaro – Criciúma - SC. CEP: 88802-310	220V	0	0	0	2
TOTAL					39	32	23	28

3.20. Considerando os custos operacionais de processamento dos pedidos, a ANM deverá se organizar para realizá-los de forma aglomerada, evitando assim, solicitações de aquisição isoladas, por exemplo, somente um item para determinada localidade.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Que sejam observados os requisitos ambientais para obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação a seus similares;

4.1.2. Que os bens sejam, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.1.3. Contratações que produzam menor impacto sobre recursos naturais (flora, fauna, solo, água, ar), além de assegurar padrões de produções e de consumo sustentáveis;

4.1.4. Utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais;

4.1.5. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal;

4.1.6. Conforme o CADERNO DE LOGÍSTICA PLANO DIRETOR DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL, deve-se dar preferência para a contratação de materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local (redução da pegada de carbono e promoção da economia local);

4.1.7. Assim como a preferência para materiais com conteúdo reciclado, no todo ou em parte, reutilizados e biodegradáveis (conforme normas técnicas aplicáveis);

4.1.8. Utilização de materiais, equipamentos, peças, produtos e serviços, que, comprovadamente favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais;

4.1.9. Relata-se a consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, entretanto, que os aspectos pertinentes de sustentabilidade já se encontram contemplados no Termo de Referência (TR), especialmente no que se refere à durabilidade, padronização, qualidade dos materiais e adequação ao uso institucional, não sendo necessárias alterações adicionais decorrentes da consulta ao referido Guia.

4.1.10. Quanto à consulta realizada ao Plano de Logística Sustentável (PLS) da Agência Nacional de Mineração, o Princípio/Diretriz 07 - Promover contratações que atendam critérios de sustentabilidade, tem como objetivo assegurar, dentro dos parâmetros permitidos pela legislação aplicável, que as contratações realizadas pela ANM utilizem critérios de sustentabilidade desde a seleção de seus fornecedores até a gestão dos contratos firmados, será utilizado como referência na contratação, além dos itens descritos abaixo:

DIRETRIZ ESTRATÉGICA	OBJETIVO		INDICADOR		AÇÃO		AValiação	RECURSOS NECESSÁRIOS	RISCOS ENVOLVIDOS
#	ID	Descrição	Descrição	Acompanhamento	Descrição	Responsável	Monitoramento	Descrição	Descrição
		Estimular o consumo consciente de recursos, como copos descartáveis;	Reduzir o consumo de copos descartáveis	((Cupos Mês 1 - Copos Mês 2)	Campanha de Conscientização para obter engajamento para Racionalização	Gerência		Humanos e	Indisponibilidade de sistemas; Falta de recursos

PD03	3	papel, água, energia elétrica e dos bens sob gestão da ANM	no período de abrangência do PLS	/ Copos Mês 1) * 100	Sustentável; Garantir a provisão de canecas ou copos de uso permanente	Executiva de Logística	Semestral	orçamentários	orçamentários e financeiros para aquisição de canecas ou copos
PD03	6	Estimular o consumo consciente de recursos, como copos descartáveis, papel, água, energia elétrica e dos bens sob gestão da ANM	Reduzir o consumo Total Anual de Água por Unidade	Soma do consumo anual de água de todas as unidades, onde $C_{total} = \sum C_i$, onde C_i é o consumo da unidade i	Campanhas de sensibilização sobre o uso racional de água, instalação de cartazes informativos; Capacitação com os colaboradores sobre práticas de economia	Gerência Executiva de Logística	Semestral	Humanos e orçamentários	Falta de recursos orçamentários para instalação de dispositivos de economia de água nos lavatórios das unidades regionais

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação não será admitida a indicação de marcas ou modelos.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Não se encontram vedações à marca ou modelo nesta contratação, desde que os equipamentos fornecidos obedeçam aos requisitos técnicos estabelecidos no Estudo Técnico Preliminar.

Da exigência de amostra

4.4 Não haverá necessidade de amostras para a contratação.

Subcontratação

4.5. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.6. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

4.6.1. Fornecimento dos bens a serem adquiridos nesta contratação.

4.7. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.7.1. Os serviços de instalação dos purificadores e bebedouros industriais.

4.7.2. A subcontratação do serviço de instalação não transferirá à subcontratada a responsabilidade das obrigações assumidas pela contratada, inclusive as obrigações referentes à própria instalação, respondendo esta pelos eventuais defeitos ou vícios do serviço e eventuais danos causados à Administração decorrentes da atuação da subcontratada.

4.8. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.9. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.10. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.11. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

4.12. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas características e fornecimento do objeto que por se tratar de SRP, logo, os valores contratados serão pagos após o recebimento do objeto, garantindo assim a plena execução da contratação e minimizando os riscos para Administração Pública.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.13. A presente contratação será destinada exclusivamente à participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, que estabelece tratamento diferenciado e favorecido às ME e EPP nas contratações públicas, com vistas a promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional, fomentar a competitividade e estimular a formalização de pequenos negócios.

Prorrogação da Ata de Registro de Preços

4.14. Nos termos do art. 84, §3º, e do art. 86, §5º, da Lei nº 14.133/2021, e em conformidade com os Pareceres nº 00015/2024/CPLC/SUBCONS/PGF/AGU e nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU (NUP 71000.062490/2024-61, SEQ. 58 e 61), fica expressamente prevista a possibilidade de renovação dos quantitativos inicialmente registrados na presente Ata de Registro de Preços, em caso de prorrogação de sua vigência, desde que observadas, cumulativamente, as seguintes condições:

- I – Haja prorrogação formal da Ata de Registro de Preços, com fundamento legal;
- II – Persista a necessidade da Administração, devidamente justificada em novo documento técnico;
- III – Sejam mantidas todas as condições pactuadas, inclusive quanto a preços e prazos;
- IV – Exista disponibilidade orçamentária e financeira para a contratação;
- V – A renovação ocorra uma única vez, limitada aos quantitativos originalmente registrados, mediante decisão formal da autoridade competente. A renovação dos quantitativos tem por finalidade assegurar a continuidade do atendimento à demanda pública, de forma eficiente e planejada, nos termos da legislação vigente e da jurisprudência consultiva da Advocacia-Geral da União.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens e as devidas instalações, quando for o caso, é de 30 (trinta) dias, contados da ordem de fornecimento e assinatura do instrumento contratual, podendo ocorrer várias entregas no decorrer da vigência da ata.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

ANM	ESTADO	REGIÃO	ENDEREÇO	TENSÃO	CAFETEIRA	PURIFICADOR	BEBEDOURO COLUNA	BEBEDOURO INDUSTRIAL
GER -								

GO	Goiânia/GO	CO	Rua 84, nº 593 - Setor Sul, Goiânia - GO.CEP: 74080-400	220V	1	4	0	2
GER - MS	Campo Grande/MS	CO	Rua G.al Odorico Quadros, 123 - Jardim dos Estados. Campo Grande - MS. CEP: 79020-260	127V	1	1	0	0
GER - MT	Cuiabá/MT	CO	Avenida Miguel Sutil, 8.800, 14º Andar – Edifício Advanced Business, Duque de Caxias. Cuiabá - MT . CEP 78043-305	127V	1	1	0	2
ANM SEDE- DF	Brasília/DF	CO	Edifício CNC III - SBN Qd. 02 - Lote 08, Bloco N - Asa Norte, Brasília - DF, 70040-020	220V	3	4	0	0
GER - AL	Maceió/AL	NE	Rua José Soares Sobrinho, n.º 119, Ed. Empresarial Le Monde, sl. 410 e 411, JatiúcaMaceió - AL - CEP 57036-640	220V	2	2	0	0
GER - BA	Salvador/BA	NE	Avenida Ulysses Guimarães, nº 650 - Sussuarana, Centro Administrativo da Bahia – Ala Federal. Salvador - BA - CEP 41213-000	127V	5	0	4	0
GER - CE	Fortaleza/CE	NE	Avenida Padre Antônio Tomás, nº 2112, Aldeota. Fortaleza - CE. CEP: 60140-160	220V	0	0	4	0
GER - MA	São Luis/MA	NE	Av. Maestro João Nunes, n.º 09, Esquina c/ Av. Ana Jansen, Ponta D'Areia.Edifício Lagoa Corporate, Sobreloja B, São Luís - MACEP: 65077-355	220V	0	2	0	0
GER - PB	Campina Grande/PB	NE	Rua Vice-prefeito Antônio de Carvalho Souza, nº 450, Centro Jurídico e Empresarial Ronaldo Cunha Lima - 16º andar - Salas 1607 a 1614 - 17º andar - Sala 1701, Estação Velha. Paraíba-Campina Grande. CEP: 58410-050.	220V	0	0	2	0
GER - PI	Teresina/PI	NE	Av. Universitária, nº 750, Edifício Diamond Center, sala 1414. Bairro de Fátima,Teresina–PI. CEP: 64049-494	220V	1	0	0	0
GER - SE	Aracaju/SE	NE	GER - SE/AracajuAvenida Ministro Geraldo Barreto Sobral, n.º 2100 - JFC Trade Center, salas 601 e 602 - Bairro GrageruAracaju - SE - CEP 49027-350	127V	1	1	0	1
GER - AM	Manaus/AM	NO	Av. André Araújo, 2150 - Aleixo, Manaus - AM, 69067-375	220V	2	1	0	2
GER - AP	Macapá/AP	NO	Avenida Padre Manoel da Nóbrega, nº 1029Bairro: Jesus de NazaréMacapá - AP - CEP 68908-196	127V	1	1	0	1
GER - PA	Belém/PA	NO	Avenida Almirante Barroso, nº 1839, Marco. Belém - Pará. CEP: 66093-020.	127V	0	0	7	0
UAI - PA	Itaituba/PA	NO	Avenida Brigadeiro Haroldo Veloso, 162, Centro, Itaituba-PA. CEP: 68180-410	127V	1	0	1	0
GER - RO	Porto Velho /RO	NO	Avenida 7 de Setembro, 2070B e 2090B (pisos superiores) - Bairro Nossa Senhora das Graças, Porto Velho - RO. CEP 76804-124	127V	1	0	2	0
GER - RR	Boa Vista/RR	NO	Avenida Governador Anchieta, n.º 618 - Caçari (Prédio compartilhado com a Receita Federal do Brasil). Boa Vista - RR. CEP 69307-775	127V	1	1	0	0
GER - ES	Vitória/ES	SE	Av. Cézar Hilal, n.º 410, Bento FerreiraVitória - ES - CEP 29050-664	127V	4	7	0	0
GER - MG	Belo Horizonte/MG	SE	Praça Milton Campos, 201 - Serra, Belo Horizonte - MGCEP 30130-040	127V	8	2	0	16

UAGV	Governador Valadares /MG	SE	Rua Graça Aranha, 377, Bairro Esplanada – Governador Valadares-MG – 35010-120	127V	1	1	0	1
UAPC	Poços de Caldas/MG	SE	Rua São João da Boa Vista, 318, Jardim dos EstadosPoços de Caldas-MG – CEP: 37701-054	127V	1	1	0	1
GER - SP	São Paulo/SP	SE	GER - SP/São Paulo, Rua Loefgren, n.º 2225 - Vila Clementino, São Paulo - SP - CEP 04040-033	127V	2	3	0	0
GER - RS	Porto Alegre /RS	SU	GER - RS/Porto Alegre, Rua Sete de Setembro, n.º 586, Centro Histórico, Porto Alegre - RS. CEP: 90010-190	127V	2	0	0	0
GER - SC	Florianópolis/ SC	SU	Rua Doutor Álvaro Millen da Silveira, nº 104, Segundo Pavimento, Centro. Florianópolis - SC. CEP: 88020-180.	220V	0	0	3	0
UAC - SC	Criciúma/SC	SU	Rua Agrícola Indio Guimaraes, 273, Comerciaro – Criciúma - SC. CEP: 88802-310	220V	0	0	0	2
TOTAL					39	32	23	28

5.3.1. Há necessidade de observância obrigatória quanto à tensão elétrica de cada localidade para que o item entregue e instalado seja compatível com o ambiente da Agência Nacional de Mineração.

5.3.2. As entregas e instalação necessitam de agendamento por e-mail, nos seguintes endereços eletrônicos:

LOCALIDADES - AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO	E-MAIL
REGIÃO CENTRO-OESTE	
Sede - Brasília/DF	vitor.rebello@anm.gov.br antonio.santos@anm.gov.br
GER - GO/Goiânia	anm.go@anm.gov.br
GER - MS/Campo Grande	anm.ms@anm.gov.br
GER -MT/Cuiabá	anm.mt@anm.gov.br
REGIÃO NORDESTE	
GER - AL/Maceió	anm.al@anm.gov.br
GER - PB/Campina Grande	anm.pb@anm.gov.br
GER - MA/São Luís	anm.ma@anm.gov.br
GER - SE/Aracaju	anm.se@anm.gov.br
GER - BA/Salvador	anm.ba@anm.gov.br
GER - CE/Fortaleza	anm.ce@anm.gov.br
GER - PI/Teresina	anm.pi@anm.gov.br
REGIÃO NORTE	
GER - AM/Manaus	anm.am@anm.gov.br

GER - RO/Porto Velho	anm.ro@anm.gov.br
GER - RR/Boa Vista	anm.rr@anm.gov.br
GER - PA/Belém	anm.pa@anm.gov.br
UAI - Itaituba/PA	edison.brandao@anm.gov.br
GER - AP/Macapá	anm.ap@anm.gov.br
REGIÃO SUDESTE	
GER - ES/Vitória	anm.es@anm.gov.br
GER - MG/Belo Horizonte	anm.mg@anm.gov.br
UAGV - Governador Valadares/MG	atendimento.gv@anm.gov.br
UAPC - Poços de Caldas/MG	joanes.cruz@anm.gov.br
GER - SP/São Paulo	anm.sp@anm.gov.br
REGIÃO SUL	
GER - RS/Porto Alegre	anm.rs@anm.gov.br
GER - SC/Florianópolis	anm.sc@anm.gov.br
UAC - SC/Criciúma	oldair.lamarque@anm.gov.br

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 9 (nove) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.5. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.6. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.10. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.12. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.13. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.14. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.15. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

Da instalação dos bens

5.16. Quanto ao fornecimento do serviço de instalação com todos os materiais de instalação inclusos nos custos da contratação, tais como o redutor de pressão, mangueira, entre outros necessários à perfeita execução do objeto.

5.16.1. A ANM será responsável por prover todas as informações e condições necessárias à perfeita execução do serviço, tal como designação do local de instalação, autorização de entrada de pessoal e equipamentos da contratada em suas dependências e fornecimento de ponto de energia, a fim de possibilitar o funcionamento e teste dos bens.

5.17. A instalação dos bens deverá ocorrer, como padrão, dentro do horário comercial, que compreende o período das 08h às 17h, em dias úteis. Contudo, em comum acordo com a Administração da ANM, em casos excepcionais, a instalação poderá ser realizada também fora do horário comercial ou em finais de semana.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.14.1. Verificação da veracidade e da legitimidade do termo de garantia dos equipamentos.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,05% (cinco centésimos)** por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias.

7.2.4.2. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **1,2% (um vírgula dois décimos)** por cento) a **7% (sete por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **0,6% (seis décimos)** por cento) a **4% (quatro por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **0,6% (seis décimos)** por cento) **4% (quatro por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **0,6% (seis décimos)** por cento) a **4% (quatro por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,6% (seis décimos)** por cento) a **4% (quatro por cento)** do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 7 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.27. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Cessão de Crédito

8.28. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.28.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.28.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.28.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.28.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.29. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.30. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 31/03/2026.

8.31. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31.1. Justificativa: o Índice Nacional de Preços ao Consumidor será adotado como base para o reajuste da presente contratação em virtude de guardar maior compatibilidade com a correção monetária do custo de bens no mercado nacional.

8.32. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.33. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.34. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.35. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.36. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.37. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *MENOR PREÇO* por grupo.

9.1.1. A aquisição será mediante Sistema de Registro de Preços nos termos do Decreto n. 11.462/2023.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, o critério de julgamento será o de menor preço por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1. deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da parcela pertinente/grupo.

9.25.1. Justificativa: a exigência de patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado por grupo justifica-se como medida de segurança financeira da contratação, visando assegurar que as empresas licitantes possuam capacidade econômico-financeira mínima para suportar os encargos decorrentes da execução contratual, de modo a garantir a continuidade e a regularidade do fornecimento dos itens licitados durante todo o processo de aquisição, prevenindo riscos de inadimplência, paralisações, atrasos ou descumprimento contratual motivados por insuficiência financeira do contratado.

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.29.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.29.1.1. Fornecedor satisfatório de, no mínimo, 10% (dez por cento) do quantitativo relativo ao grupo no qual o fornecedor esteja participando.

9.29.1.2. Não será necessário que o objeto seja idêntico ao licitado, desde que tenha a mesma natureza, conforme registrado no(s) respectivo(s) atestado(s).

9.29.1.3. Serão aceitos atestados que certifiquem o fornecimento de itens similares e/ou de qualidade superior, desde que as demais características dos bens sejam observadas.

9.29.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.29.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.29.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.30. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.31. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.32. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.33. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.34. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 194.748,02 (cento e noventa e quatro mil, setecentos e quarenta e oito reais e dois centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima.**

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente por se tratar de Sistema de Registro de Preços.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

OU

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133 /2021)

1 . Não se aplica.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. RELAÇÃO DE ANEXOS

Anexo 1: Estudo Técnico Preliminar - ETP 82/2025 (SEI 19115103)

Anexo 2: Matriz de Gerenciamento de Riscos 03/2026 (SEI 19115118)

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

HELIASMYNE ASTHILIE M NASCIMENTO DE ALMEIDA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 09/04/2026 às 12:40:00.

VITOR REBELLO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 09/04/2026 às 12:45:37.

NEWTON TAKESHI OKUNO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 09/04/2026 às 12:42:00.